

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.426 - PA (2020/0020421-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MARÉ CIMENTO LTDA**  
**ADVOGADOS : ADILSON DE CASTRO JUNIOR - PR018435**  
**ANA PAULA ESMERIO MAGALHAES - PR022496**  
**PAULO MAURICIO BRANCO SILVA - PR034730**  
**GUSTAVO FREIRE DA FONSECA - PA012724**  
**MARINA FREIBERGER NEIVA BARSCH - PR042226**  
**AGRAVADO : A E GOMES COMERCIO**  
**OUTRO NOME : A E GOMES COMÉRCIO - EPP**  
**ADVOGADO : JOSÉ MARIA CASTRO CASTILHO - PA004360**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por MARÉ CIMENTO LTDA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PROVA DO ATO ILÍCITO, DO DANO E DO NEXO DE CAUSALIDADE. REPARAÇÃO DEVIDA. PERÍCIA E PROVA TESTEMUNHAL REVELAM A BAIXA QUALIDADE DO PRODUTO. INEXISTE CULPA CONCORRENTE. PREJUÍZO COMPROVADO.

INCIDÊNCIA DE JUROS. TERMO INICIAL É A DATA DA CITAÇÃO. NÃO HÁ INVERSÃO DE ÔNUS SUCUMBENCIAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DENTRO DOS PARÂMETROS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Da análise dos autos, constato que a recorrente foi contratada pela recorrida para fornecer material, destinado à construção do piso de alta resistência.

2. Contudo, ao analisar as provas constantes nos autos, especialmente os laudos técnicos e os depoimentos das testemunhas, concluo que o material fornecido pela recorrente não correspondeu ao efetivamente contratado, sendo de baixa qualidade. Destarte, é incontestável o dever de indenizar pelos prejuízos materiais causados.

3. Quanto à alegação da existência de culpa concorrente, verifico que não prospera, pois não há indícios de que a recorrida tenha contribuído para a ocorrência do dano.

4. O recorrente contesta imposição de que o termo inicial da incidência de juros e da correção monetária seja a partir do evento danoso. Contudo, verifico que se trata de falha na execução de um serviço

contratado, e seguindo o que disserta o art. 240, CPC/2015, a Súmula 43 do STJ e a jurisprudência, o termo inicial para a incidência de juros de mora é a data da citação e para a correção monetária é o dia do efetivo prejuízo, que no caso em comento foi o dia da entrega do material pela recorrente/ré.

5. Nesse sentido, a decisão vergastada deve ser reformada, para que o termo inicial da incidência de juros seja a data da citação da recorrente/ré.

6. Considerando a complexidade da demanda e que o recorrido sucumbiu em parte mínima, nega-se o pedido de inversão dos ônus sucumbenciais e o de minoração do percentual dos honorários de sucumbência.

7. APELAÇÃO CONHECIDAS PARCIALMENTE PROVIDA.

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 373, II, do CPC, no que concerne à interpretação do laudo pericial quanto a sua irresponsabilidade no ato ilícito perpetrado, trazendo os seguintes argumentos:

[...] muito embora o Egrégio Tribunal local tenha expressamente identificado que um terceiro interveniente participou da relação de direito material mantida entre as partes, ainda assim concluiu que a baixa resistência do concreto usinado 'não decorreu da execução do serviço'

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

A Apelante indica que a prova pericial foi inconclusiva, pois levou em consideração somente o resultado da resistência do concreto, sem analisar a fórmula ou o procedimento de aplicação.

Essa argumentação também não merece guarida, pois, conforme ponderado anteriormente, as provas constantes nos autos não indicam que o ilícito decorreu da execução do serviço, mas que o produto fornecido pela ré era de baixa qualidade.

Em pedido sucessivo, a recorrente pleiteia o reconhecimento da culpa concorrente.

Todavia, não há provas nos autos de que a recorrida tenha contribuído para a ocorrência do dano, para que seja reconhecida a culpa concorrente (art. 945, do Código Civil) (fls. 444/445).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente